

Nº 29 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo nº 08620.052029/2014-95 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de autoria da antropóloga Maria Helena de Amorim Pinheiro, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena Sambaqui, de ocupação tradicional do povo indígena Guarani Mbyá, localizada no município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA SAMBAQUI

Referência: Processo Funai/BSB nº 08620.052029/2014-95. Terra Indígena Sambaqui. Localização: Município Pontal do Paraná, Estado de Paraná. Superfície aproximada: 2795 ha. Perímetro aproximado: 38 km. Povo indígena: Guarani Mbya. Família linguística: Tupi- Guarani. População: 31 pessoas (Funai, 2015). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria FUNAI nº 615, de 12.06.2008 e complementares, coordenado pela antropóloga Maria Helena de Amorim Pinheiro.

I - DADOS GERAIS:

Os Guarani Mbya são falantes do dialeto Mbya da língua guarani, pertencente à família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi. Como constataram as pesquisas arqueológicas realizadas na região, a TI Sambaqui seguramente foi território tanto das populações caçadoras coletoras pré-ceramistas, como também de populações agricultoras e ceramistas associados aos grupos indígenas Guarani atuais. A dispersão histórica dos contingentes Tupi pelo continente sul-americano conduziu à conformação de coletivos distinguíveis linguística e culturalmente. No século XX, estudos etnográficos utilizaram critérios linguísticos e culturais e parâmetros geográficos para diferenciar os grupos Guarani, consolidando-se a classificação de três principais grupos no Brasil: os Kaiová, os Nhandeva e os Mbya. O território Guarani se estende numa ampla área compreendida entre os rios Paraná e Paraguai, com prolongamentos na província de Missões, na Argentina, e fixações no noroeste boliviano e sudeste do Uruguai, na região oriental do Paraguai e prioritariamente em sete estados federativos brasileiros - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Os Guarani contemporâneos compõem um universo populacional de cerca de 200 mil pessoas, com pouco mais de 74 mil em território brasileiro, constituindo o grupo indígena mais numeroso do país. A

ocupação dos Guarani acontece de forma articulada entre diferentes grupos locais e redes de relações sociais, políticas e econômicas, que formam numerosas aldeias (tekoa) situadas ao longo de seu extenso território étnico. Estudos clássicos sobre as migrações de inspiração profética dos Guarani demonstram que elas foram em parte desencadeadas no período colonial em virtude do declínio demográfico, das epidemias, fome, guerras, escravização, promovendo o deslocamento dos grupos para áreas de difícil acesso, empregando-se estratégias de fuga, dispersão, reocupação e manutenção de novos espaços. Assim sendo, pesquisadores contemporâneos têm demonstrado que os processos migratórios dos Guarani têm de fato cunho religioso, entretanto, estes são impulsionados por expulsões violentas e expropriações de terras, o que os leva a buscar a ocupação de locais com condições ambientais e ecológicas adequadas para a manutenção de seu modo de vida tradicional. Desta maneira, os deslocamentos territoriais e a mobilidade inter aldeias reafirmam um território geograficamente delimitado, que corresponde àquele há séculos habitado pelo grupo, conforme comprovam os dados arqueológicos, estudos etnográficos e fontes históricas. Trata-se de um território socialmente construído pela rede de sociabilidade entre aldeias, que forma a "terra de parentes", categoria que extrapola a consanguinidade, englobando os parentes por afinidade, e todas as pessoas pertencentes à etnia. Para os Guarani, a "terra de parentes" representa os limites de ocupação do território reconhecido como originariamente seu, mesmo que em situações em que a ocupação não se efetive de forma exclusiva, fazendo com que tal categoria remeta a uma forma de ocupação territorial multilocal, considerando a dimensão extensiva das redes de sociabilidade desse grupo indígena, que circunscrevem pequenas áreas dentro de um território histórico, parâmetro que orientou os estudos de identificação e delimitação da TI Sambaqui. O predomínio dos Mbya no litoral do Paraná a partir da década de 1960 é atribuído às migrações para leste, desencadeadas a partir do início do século XX. As áreas de Mata Atlântica ocupadas pelos Mbya são indispensáveis para a manutenção do seu modo de vida e para a conservação da configuração do seu território. Os espaços litorâneos são reconhecidos como lugares eleitos, sendo que neles se encontram as criações de Nhanderu, divindade primeira, acidentes geográficos e ruínas que representam marcas indestrutíveis da ocupação pretérita pelos antepassados. O passado histórico da região e a farta documentação disponível comprovam a presença indígena e o movimento dos Mbya em busca de antigos territórios na costa litorânea já nos anos 1940. Neste sentido, uma parcela do grupo familiar liderado pela xamã Maria Cristina Timóteo (irmã dos importantes líderes Juancito Oliveira e Benito Oliveira), composto pelos filhos Francisco Timóteo, Roque Timóteo, Catarina Timóteo e João Acosta, seus respectivos cônjuges e filhos, se encontrava no interior dos estados do sul, circulando rumo ao litoral paranaense, em meados do século XX, fixando aldeias em lugares eleitos a partir de sinais de seus antepassados, identificados por marcas específicas na paisagem, principalmente ruínas e sítios arqueológicos, além da toponímia. Destaca-se a presença, na área identificada, dos sambaquis de Guaraguaçu, que correspondem aos Sambaquis "A" e "B", tombados pelo IPHAN, além de outros de menores dimensões - os mais importantes da região do litoral paranaense. A TI Sambaqui está localizada em uma planície arenosa, no interior do ecossistema Mata Atlântica-Serra do Mar; integrando o complexo sócio-territorial Mbya do litoral do Paraná, na região da Baía de Paranaguá, composto pela TI Ilha da Cotinga, TI Cerco Grande, TI Araçá, aldeia Kuaray Haxã, aldeias da Ilha das Peças e a aldeia Morro das Pacas/Parna Superaguí, sendo que a família extensa da anciã Maria Cristina Timóteo pratica intensa circulação nesse território, conforme as dinâmicas de ocupação próprias dos Mbya. Esta dinâmica é imbricada com a memória coletiva e a cosmologia do grupo indígena, guiada pelos xamãs mais idosos, capazes de identificar sinais dos antepassados e de obter revelações divinas sobre os lugares adequados para a ocupação dos Mbya. O estabelecimento de aldeias Mbya guarda relações ainda com as condições ambientais da área, que conta com disponibilidade de mata, terra fértil e água de boa qualidade, bem como com as possibilidades de permanência das famílias sem ocorrência de conflitos. A TI Sambaqui é composta por duas aldeias, Tekoa Karaguata e Tekoa Guaviraty, conhecidas em português como Sambaqui e Xangrilá, respectivamente, ligadas por vínculos de parentesco. As primeiras incursões para a reocupação da aldeia Sambaqui (Tekoa Karaguata) ocorreram em 1999; atualmente vive nesta aldeia o grupo familiar de Florinda Timóteo (neta de Maria Cristina Timóteo), casada com Irineu Rodrigues, cujo grupo familiar encontra-se principalmente na TI Ilha da Cotinga. A aldeia Tekoa Guaviraty (Xangrilá) foi formada posteriormente e é ocupada principalmente pelo grupo familiar liderado por João Acosta, filho de Maria Cristina Timóteo, que já viveu em várias outras aldeias Mbya nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, além da TI Ilha da Cotinga. Em 2005 o Município de Pontal do Paraná cedeu um lote de aproximadamente 700 hectares para as famílias da aldeia Sambaqui (Decreto do Município de Pontal do Paraná nº 2.153, de 30 de dezembro de 2005); esta área foi incorporada à presente proposta de limites da TI Sambaqui, porque, embora insuficiente em extensão, oferece condições de reprodução física e cultural ao grupo indígena.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE:

A região de Paranaguá aparece nos mitos de construção da sociedade Mbya, sendo concebida como local da "origem do mundo" e sendo referencial fundamental na cosmologia do grupo. As aldeias guarani (tekoa) são constituídas por uma família extensa que, sob a liderança política e espiritual dos mais velhos, tamõi (avô) e/ou jaryi (avó), representam unidades de produção e consumo, articuladas por famílias elementares que entre si mantêm relações de afinidade e consanguinidade e que se estabelecem em torno desses anciãos. O espaço do tekoa inclui áreas para roças e plantios, espaços para moradia, para atividades religiosas e a mata, fonte primária de recursos naturais e simbólicos, elemento fundamental da cosmologia Mbya. O desenvolvimento das atividades materiais e simbólicas do tekoa implica a existência de matas, solos amplos e férteis e recursos hídricos - cursos d'água e nascentes - como atributos para sua definição, consolidação e articulação com outras aldeias. Como lugares eleitos, os aldeamentos litorâneos possibilitam viver/estar mais próximo da terra da eternidade, situada, para os Mbya, do outro lado do mar, ponteadas pelas ilhas como locais de parada neste percurso. O conjunto de aldeias dos Mbya no litoral do Paraná conforma um complexo sócio-territorial interligado por redes de parentesco que envolvem trocas econômicas, sociais, simbólicas, ambientais e espirituais, configurando um padrão multilocal de ocupação territorial. A presença dos Mbya no litoral do Paraná está vinculada ao processo migratório da família extensa de Maria Cristina Timóteo, seus irmãos, filhos e netos, sendo atualmente ocupadas seis aldeias: Ilha da Cotinga, Sambaqui, Guaviraty, Cerco Grande, Kuaray Haxã e Araçá, além de várias aldeias antigas atualmente desocupadas, especialmente nas ilhas da Baía de Paranaguá. Estes grupos no litoral do Paraná possuem ainda estreito vínculo de parentesco com a aldeia Yakã Porã, localizada em Garuva, no litoral norte de Santa Catarina. A TI Sambaqui localiza-se no Município de Pontal do Paraná, em área próxima de sítios arqueológicos, limítrofe à Estação Ecológica do Guaraguaçu. Na criação da aldeia Sambaqui participaram dois núcleos familiares orientados pelo xamã Cristino da Silva, que vive na TI Ilha da Cotinga, representado pelo seu enteado, Irineu Rodrigues, que se agregou ao núcleo composto por Maria Cristina Timóteo, casando-se com sua neta Florinda Timóteo. As moradias são orientadas pela organização social e sistema de parentesco dos grupos familiares, sendo a aldeia Sambaqui fundamentada na família extensa matrilinear da matriarca Maria Cristina Timóteo, composta por seus filhos e netos, especialmente o xamã Roque Timóteo, seu filho. Anos mais tarde, o xamã Francisco Timóteo, também filho de Maria Cristina Timóteo, mudou-se para a aldeia Guaviraty, que havia sido fundada pela família extensa virilocal de seu irmão mais novo, João Acosta.



III - ATIVIDADES PRODUTIVAS:

Os Guarani vivem tradicionalmente da agricultura, da caça e coleta, deslocando-se com certa frequência dentro de seu território em busca por terras férteis, propícias para a realização de seus cultivos tradicionais, especialmente do milho "verdadeiro" (avaxi etc), cujas sementes sempre conservam consigo, realizando anualmente o plantio. Os Guarani Mbya transformaram de modo significativo suas práticas de subsistência em decorrência do contato e da redução de seus espaços territoriais. Entretanto, as práticas de caça, pesca e coleta, bem como o cultivo de roças tradicionais, permanecem sendo realizados pelo grupo, representando atividades fundamentais à reprodução física, social e cultural dos Guarani-Mbya na TI Sambaqui. A subsistência Mbya está estreitamente vinculada à sua cosmologia. Concebem sua subsistência e continuidade de vida diretamente dependentes da relação mantida com nhanderu (nosso pai), divindade criadora da terra e dos Mbya. As famílias elementares constituem as unidades de produção e consumo, articulando apropriação, uso e manejo dos espaços, atividades rituais e intercâmbios com outras aldeias. As atividades produtivas são desempenhadas de acordo com as estações definidas como os tempos novos (ara pyau/verão), e os tempos antigos (ara yma/inverno). Dentre os rituais desenvolvidos de acordo com seu calendário produtivo, destaca-se o nhemongarai, cerimônia de nomeação das crianças e das sementes do milho guarani. As áreas de roças localizam-se preferencialmente nas proximidades dos núcleos residenciais e no interior das matas do entorno, ao longo das trilhas, aproveitando áreas de capoeira, cultivadas em diferentes épocas, e resguardadas por determinado período ("posio), não sendo derrubada mata primária para abertura de novos plantios. A caça é uma atividade masculina, atendendo demandas alimentares, terapêuticas, artesanais, rituais e sociais, orientada por normas de conduta relativas aos animais que povoam as matas, seus períodos de procriação e cuidados de filhotes. A criação de animais nas aldeias guarani para consumo fica restrita à criação de galinhas. O extrativismo requer conhecimentos específicos sobre características das espécies, formas de utilização e manejo dos ambientes, obedecendo a um conjunto de normas, cuidados e prescrições de conduta referentes aos "donos" (- já) de lugares, espécies vegetais e animais, cujas transgressões são apontadas como causa de perturbações espirituais que necessitam de cura xamânica. O mel (ei) de abelha é bastante apreciado pelos Mbya e sua produção ou coleta representa um recurso de grande valor ritual, terapêutico e alimentar. O artesanato é a principal fonte de renda dos moradores da TI Sambaqui, que demanda uma circulação intensa nas áreas florestadas para coleta de matéria-prima, especialmente os diversos tipos de taquara, bem como idas aos balneários turísticos para comercialização. O solo na região é arenoso, com baixa produtividade agrícola, sendo mantidos principalmente os cultivos de milho tradicional Guarani (avaxi etc), bem como outros produtos para subsistência. Vários pontos do Rio Guaraguaçu e alguns do Rio Perequê são eventualmente utilizados para pesca. Em alguns locais de circulação na área identificada é realizada a caça de pequena monta, com o uso de armadilhas. Ao Norte, na região do Rio Maciel, os indígenas realizam atividades de pesca, caça e coleta/extrativismo. Trechos das terras situadas ao norte apresentam as matas mais preservadas, sendo que em alguns setores haverá condições propícias para implantação de novas aldeias e roçados, com os cultivos tradicionais de milho, feijão, banana e outras espécies. Na parte Leste da área, cerca de 80% do limite segue pelo Rio Perequê, e a partir das suas cabeceiras segue por linha seca, constituindo-se em um setor onde os indígenas fazem coleta, extrativismo e caça. Há reservas de samambaias e cipós. Caçam-se animais de pequeno porte, como tatus, ratão do banhado e graxaim, dentre outros. Este é o local onde se encontra estabelecido o núcleo populacional da família extensa de João Acosta (aldeia Tekoa Guaviraty). O setor Sul é onde se localizam a aldeia Sambaqui e os Sambaquis A e B, sendo acessada regularmente por turistas, que visitam a aldeia e adquirem seus artesanatos. É também região de muita abundância da taquarinha, usada na fabricação de cesterias. A Oeste, a divisa segue pela margem esquerda do Rio Guaraguaçu, englobando um grande taquaral utilizado pelos indígenas; é também trecho onde desenvolvem atividades de pesca e da caça, sendo muito frequentada por pescadores que montam acampamentos nas suas margens; há algumas casas utilizadas somente durante finais de semana.

IV - MEIO AMBIENTE:

A região do litoral onde se localiza a TI Sambaqui situa-se na planície costeira do Estado do Paraná, constituindo-se de Floresta Atlântica das Terras Baixas, restingas arbóreas, manguezais e outros locais alagados, em estado de recuperação devido à intensa antropização em décadas anteriores. Trata-se de área situada em um mosaico de áreas protegidas, sem haver sobreposição com nenhuma delas, com destaque para a Estação Ecológica do Guaraguaçu, figurando em uma posição estratégica para a conservação ambiental na região. Além disso, existem no interior da terra identificada duas áreas tombadas como sítios arqueológico, tomados como referenciais para a ocupação atual do grupo. As características ambientais dessa região são importantes, já que a ocupação Guarani guarda relações com a possibilidade de acesso a recursos naturais por vezes escassos em outras áreas ocupadas, o que possibilita a circulação e intercâmbio de cultivos e espécies naturais, de rituais e de conhecimentos tradicionais, no interior da rede de parentesco que conforma o complexo sócio-territorial Mbya no litoral do Paraná. Por isso, a caracterização ambiental consubstancia o entendimento da relação entre os Guarani e seu território. Tal fato revela uma apreensão por parte dos Guarani diante do contexto atual da região, decorrente da impossibilidade de acesso a recursos naturais importantes, bem como o uso rotativo dos terrenos agrícolas, o que lhes impõe restrições ao pleno exercício de seu modo tradicional de ocupação. A Terra Indígena Sambaqui abrange trechos de matas, terras férteis, espécies animais e vegetais, cursos d'água, acidentes geográficos e sítios arqueológicos, cuja conservação é imprescindível para o sustento, bem estar e reprodução física e cultural do grupo. Desta forma, nos estudos foram contemplados os ambientes de ocupação cujos recursos são imprescindíveis para desenvolverem suas atividades produtivas, quais sejam, a agricultura com plantios de cultivos tradicionais, roças familiares, caça, pesca, coleta de frutos do mato, mel, palmito, plantas medicinais, matérias-primas para artesanato e construção das casas, incluindo os espaços que propiciem práticas e cerimônias rituais. Além disso, foram considerados fatores que assegurem a sustentabilidade ambiental da TI Sambaqui, como a conservação das áreas com formação florestal em estágios mais avançados, com maior diversidade de espécies. Desta forma, a área estudada assegura as áreas imprescindíveis e necessárias para a conservação dos recursos naturais na terra indígena, incluindo-se áreas de proteção da biodiversidade e proteção das margens dos principais rios utilizados pelas comunidades, principalmente o Guaraguaçu.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL:

As aldeias dos Mbya se constituem de uma família extensa, possuindo lideranças políticas e religiosas que podem ou não ser atribuídas a mesma pessoa, representadas respectivamente pelas figuras do cacique (mburuvicha), que é o principal interlocutor para instância externas, e do xamã (karai), mediador constante com o mundo sobrenatural. A concepção Mbya de pessoa compreende uma parte mundana, construída na relação com seus pares, e uma divina, intermediada pela atuação dos xamãs. Os processos migratórios são orientados pelos xamãs, buscando encontrar e salvaguardar locais considerados sagrados, perseverando a ocupação de lugares associados aos seus ancestrais. Além disso, o sistema de saúde dos Mbya necessita do uso e manejo de recursos naturais, demandando áreas com florestas em estágios avançados de sucessão, com disponibilidade de ampla variedade de espécies da fauna e da flora nativos. Dispersos em diferentes aldeias, os Mbya mantêm uma unidade sócio-territorial específica através das constantes visitas entre as comunidades, motivadas por diferentes razões, como a troca de bens, informações e saberes, o que fortalece laços fundamentais da rede de sociabilidade do grupo. A rede de parentesco que compõe uma determinada aldeia geralmente se estende por várias

comunidades, reforçando os laços de reciprocidade entre elas. Desta forma, é frequente as aldeias Guarani apresentarem variações significativas no número de famílias e pessoas, uma vez que estas circulam constantemente por diferentes aldeias, às vezes permanecendo por tempo indeterminado, o que está implicado também com a dinâmica de ocupação dos espaços e utilização dos recursos naturais em cada área. De acordo com dados da SESAI, atualmente vivem pouco mais de 170 indígenas, nas seis aldeias Mbya existentes no litoral do Paraná, tendo sido contabilizados pelo menos 31 moradores permanentes nas duas aldeias que compõem a TI Sambaqui. A análise dos dados demográficos reflete a organização social dos Mbya, centrada nas pessoas mais velhas, com crescimento exponencial em virtude da grande quantidade de jovens, tendendo a uma recuperação populacional e conseqüente estabilização do grupo. As áreas necessárias à reprodução física e cultural dos Mbya são aquelas utilizadas para a instalação de roças tradicionais que possam oferecer segurança alimentar à população, bem como aquelas que dispõem dos recursos naturais imprescindíveis à continuidade de sua cultura material, simbólica, econômica e cosmológica, como os sambaquis, os locais de plantio, as matas, os rios e locais de moradia futura. Da mesma forma, o consumo de alimentos providos pela caça, pesca e coleta, assim como o acesso à matéria-prima para a produção de artesanato, principal fonte de renda do grupo, dependem da existência de matas em boas condições ambientais. No caso da TI Sambaqui, os sítios arqueológicos são considerados pelos indígenas como locais sagrados, sinais da presença de seus antepassados no local, havendo dois deles identificados e tombados como patrimônio histórico, localizados nas imediações da aldeia Tekoa Karaguata, os quais são eventualmente visitados por turistas. A porção norte da TI Sambaqui é amplamente utilizada para a caça, pesca, coleta e extrativismo, especialmente pelos moradores da aldeia Tekoa Karaguata, sendo também uma área onde os indígenas pretendem construir um novo núcleo de moradias, nas margens do Rio Maciel. A região leste é utilizada intensamente pelos moradores da aldeia Tekoa Guaviraty, sendo área com disponibilidade abundante de caça, praticada pelos indígenas com a instalação de armadilhas. Nas regiões sul e oeste da TI existem taquarais amplamente utilizados para a construção de casas e fabricação de cesteria para comercialização, sendo o principal local de acesso às aldeias, tanto por terra, como navegando pelo Rio Guaraguaçu.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO:

O Município de Pontal do Paraná se emancipou a partir de sucessivos desmembramentos do Município de Paranaguá, nos anos 1980 e 1990, consistindo em uma "colcha de retalhos" fundiária, com mais de 30% de imóveis ainda não regularizados. Desta forma, a maior parte dos loteamentos e áreas urbanas é posterior a esse período. A maior parte do sistema econômico municipal está associada ao atendimento turístico, havendo grande população flutuante, tanto de moradores que utilizam a cidade apenas como dormitório, como de veranistas, que ampliam exponencialmente a população do Município durante a temporada de veraneio, entre dezembro e março. A maior parte dos imóveis no Município de Pontal do Paraná consiste em minifúndios, seguida de pequenas propriedades produtivas e improdutivas, marcada pela presença de sítios e casas de fim de semana. Ao observarmos o percentual de área abrangido pelos imóveis, percebe-se que 67% da área do município correspondem a três grandes imóveis, um deles incidente sobre a TI Sambaqui, sendo 45% dos imóveis rurais cadastrados considerados improdutivos. Foram cadastrados 07 ocupantes não-indígenas, sendo duas pessoas jurídicas e os demais pessoas físicas, detentores de pequenos sítios e ranchos de pesca, sendo cinco utilizados como ocupação ocasional de final de semana. A maior parte deles não é regularizada e não possui escritura pública, como é comum em toda a região.

Nº	Nome do ocupante	Nome do Imóvel
1	Celso Garcia Cid e Outros	Fazenda Esperança
2	José Smola Reck	Sítio Jacarandá
3	SubSea Seven do Brasil Ltda.	Fazenda Rincão
4	José Antônio Thoaldo e Outros	Rancho "Tamo à toa"
5	Aderlei Cesar Saborde	sem denominação
6	Ancora Empreendimentos e Participações Ltda.	Fazenda Sambaqui
7	Bernardo Blum /Cesar R. Blum	Curva do Jacaré

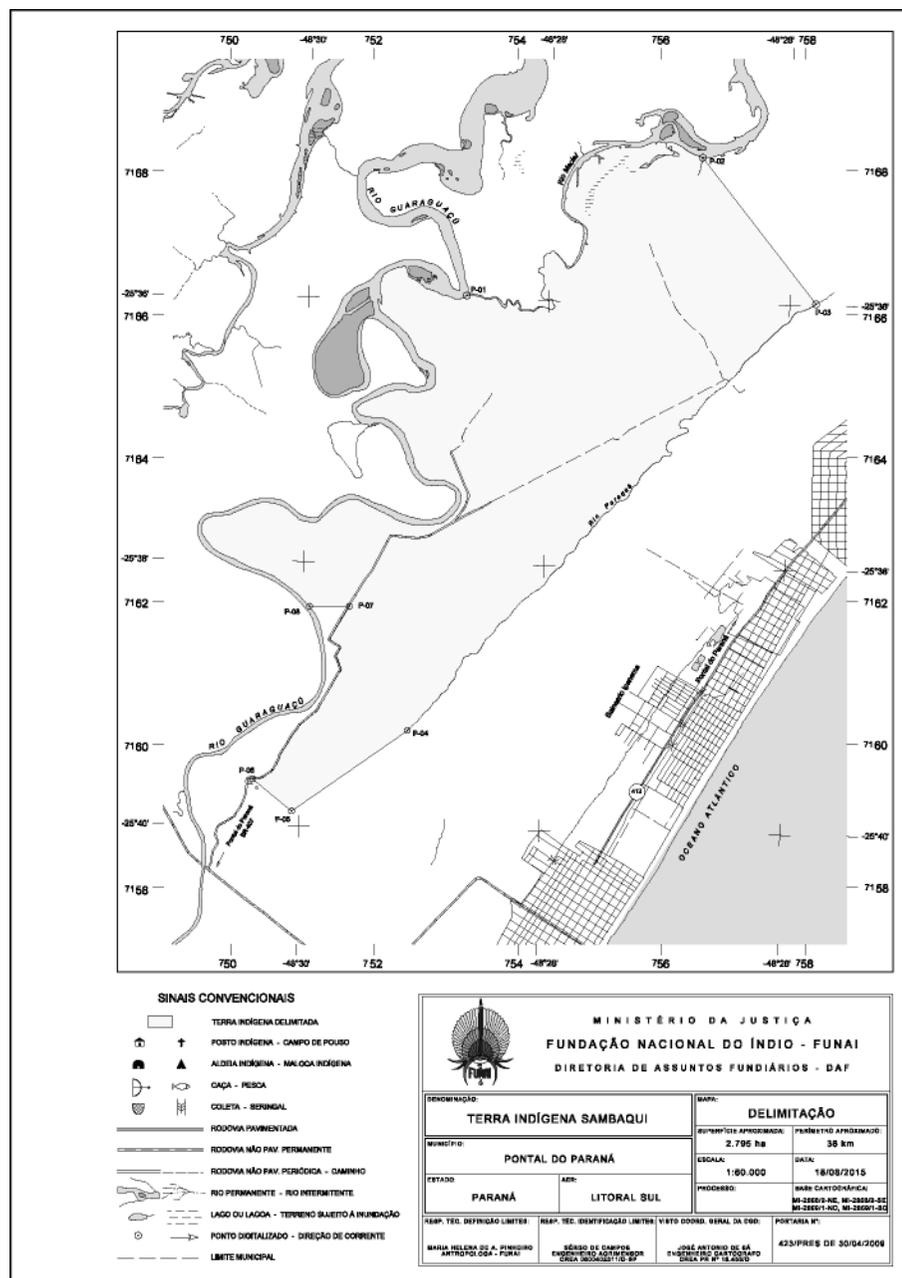
VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO:

Os limites identificados pelo GT de identificação e delimitação da TI Sambaqui resultam da superposição dos seguintes fatores: inserção da TI Sambaqui no complexo sócio-territorial multilocal Mbya no litoral do Paraná; disponibilidade de recursos naturais imprescindíveis para a reprodução física e cultural do grupo indígena, considerando espaços com possibilidade para instalação de aldeias e plantio de roças, além das áreas florestais cujas características se mostram adequadas para a territorialidade Mbya; existência de características hidrológicas e topográficas, bem como sítios arqueológicos de grande valor simbólico para o grupo. Assim, a Terra Indígena Sambaqui, com superfície aproximada de 2795 hectares, se enquadra no conceito estabelecido na Constituição Federal, no parágrafo 1º do artigo 231, de acordo com o qual "São terras tradicionais ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Maria Helena Amorim de Pinheiro, Antropóloga-coordenadora do GT

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 25°35'58,2"S e 48°28'41,1"WGr, situado na margem direita do Rio da Guaraguaçu, no início do canal de ligação com o Rio Maciel, segue a jusante pela margem direita do canal e Rio Maciel até o ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 25°34'53,7"S e 48°26'44,8"WGr, situado na margem direita do Rio Maciel, na confluência de um córrego sem denominação, daí segue por linha reta até o ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 25°35'59,2"S e 48°25'46,9"WGr, situado na margem esquerda do Rio Perequê; daí, segue pelo citadito rio, margem esquerda da montante, até o ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 25°39'15,7"S e 48°29'06,7"WGr, situado nas imediações da sua cabeceira, daí segue por linha reta até o ponto P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 25°39'53,1"S e 48°30'03,7"WGr, situado em uma cerca de divisa; daí, segue pela cerca de divisa até encontrar o ponto P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 25°39'38,9"S e 48°30'23,2"WGr, situado na margem de uma estrada conhecida por Estrada do Guaraguaçu ou Ecológica e que demanda a aldeia indígena e aos sambaquis; daí, segue pela referida estrada, pelo acostamento a direita, no sentido da aldeia até o ponto P-07 de coordenadas geográficas aproximadas 25°38'19,9"S e 48°29'36,7"WGr, situado na margem da referida estrada, daí, segue por linha reta até a margem direita do Rio Guaraguaçu onde se situa o ponto P-08 de coordenadas geográficas aproximadas 25°38'20,3"S e 48°29'56,7"WGr; daí, segue pela margem direita do Rio Guaraguaçu no sentido jusante, até encontrar o ponto P-01 início desta descrição perimetral. OBS: 1- Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SG.22-X-D-V/2-NE (MI-2858/2-NE), SG.22-X-D-V/2-SE (MI-2858/2-SE), SG.22-X-D-VI/1-NO (MI-2859/1-NO) e SG.22-X-D-VI/1-SO (MI-2859/1-SO) - Esc. 1: 25.000 - DSG - 1998/1999. 2- As coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Geocêntrico SIRGAS 2000. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Sérgio de Campos, Engenheiro Agrônomo, CREA 0600402311/D - SP.



Em 18 de abril de 2016

Nº 30 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo FUNAI/BSB nº 08620.001973/2008-36, e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação elaborado pela antropóloga Lúcia Hussak Van Velthem, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Jurubaxi-Téa, de ocupação dos povos indígenas Baré, Tukano, Baniwa, Nadób, Pira-Tapuya, Arapaso, Tariana, Tikuna, Kuripaco e Desana, localizada nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas.

JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA JURUBAXI-TÉA (anteriormente denominada "Baixo Rio Negro II")

Referência: Processo FUNAI nº: 08620.001973/2008-36. Denominação: Terra Indígena Jurubaxi-Téa. Superfície aproximada: 1.208.155 ha. Perímetro aproximado: 701 km. Localização: municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Estado: Amazonas. Povos Indígenas: Baré, Tukano, Baniwa, Nadób, Pira-Tapuya, Arapaso, Tariana, Tikuna, Kuripaco e Desana. População: 904 pessoas (2013). Grupo Técnico constituído pela Portaria nº. 530/PRES, de 14 de abril de 2010, complementada pela Portaria nº. 14/PRES, de 07 de janeiro de 2013, coordenado pela antropóloga Lucia Hussak Van Velthem, em continuidade à Portaria nº. 476/PRES, de 29 de maio de 2007.

I - DADOS GERAIS:

Localizada na margem direita do médio curso do rio Negro, próximo à sede do município de Santa Isabel do Rio Negro, estado do Amazonas, a TI Jurubaxi-Téa é tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas Baré, Tukano, Baniwa, Nadób, Pira-Tapuya, Arapaso, Tariana, Tikuna, Kuripaco e Desana. Em 2013, das 904 pessoas que habitavam a área, a maioria se autodeclarou Baré, grupo que, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, é composto por aproximadamente 11.000 indivíduos. São, em grande parte, bilíngues: falam o português e o nhengatu, a chamada "Língua Geral". Imposto na região desde o século XVIII por padres Jesuítas e Carmelitas, o nhengatu acabou por substituir a língua originalmente falada pelos Baré. Conquanto associada ao processo de catequização e à violenta atuação das grandes empresas extrativistas, a Língua Geral assumiu diversos significados ao longo da história do noroeste amazônico, estando, hoje, intimamente ligada à identidade Baré. Tendo em vista a grande profusão de povos indígenas na calha do rio Negro, na TI Jurubaxi-Téa são faladas

também línguas das famílias Aruak, Maku e Tukano oriental. Em termos de filiação cultural e linguística, pode-se dizer que, por parte do órgão indigenista oficial, os registros dessa grande diversidade datam de muito tempo. Segundo o documento "Relação das Delegacias da Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios do Interior", arquivado no Museu do Índio, três dessas unidades compreendiam zonas no interior ou nas cercanias da área estudada: rio Jurubaxi (instalada em 1928, atendia às "tribus Macu e Pira-tapuya"), rio Téa e afluentes (estabelecida em 1930, assistia aos "Macus") e Povoação de Santa Isabel (também instituída em 1930, contemplava os "Baré e Baniwa"). A memória dos povos que habitam estes rios remonta, principalmente, ao último quartel do século XIX. Entretanto, os Baré e demais grupos detêm conhecimentos para avaliar a ocupação da região como bem mais antiga, sobretudo devido às manchas de terra preta (antropizada) e aos kuximawara camuti, como são chamados os vestígios arqueológicos cerâmicos, também referidos como "cacos dos antigos". Estudos amparados em dados linguísticos e cultura material sugerem que as populações Proto-Aruak se concentravam na foz do rio Negro há, pelo menos, cerca de 3.000 anos. Estas se dispersaram em outros grupos, tais como os Proto-Manao, que se estabeleceram no médio curso daquele rio; os Proto-Baré, que atingiram, entre outros tributários, o Aiuanã, Marié, Iá e Cauaburis; e os Proto-Curripaco, que, por sua vez, se concentraram no Içana e no Uaupés. A documentação etnográfica sobre o rio Negro resalta as dificuldades que envolvem o tratamento da etnonímia. Nos primeiros escritos sobre a região (Séc. XVII), são apontadas centenas de nações indígenas, não sendo possível identificar se constituíam efetivamente nações, povos ou segmentos menores, como subgrupos ou frátrias. De todo modo, pesquisas apontam que o etnônimo Baré era possivelmente usado para identificar não apenas uma etnia com território definido (desde o baixo curso do rio Negro, até o canal do Cassiquiare, na Venezuela, onde são conhecidos como Bale), mas também uma família linguística que incluía diversos grupos e subgrupos correlatos. Dentre estes, estariam os Manaca, os Baria, os Cunipusana e os Pasimnare, que não representariam propriamente povos diferentes, mas clãs exogâmicos separados de um tronco comum há aproximadamente 150 anos. Embora não haja consenso sobre a origem etimológica da palavra "Baré", sabe-se que, enquanto um designativo genérico, ela foi empregada em oposição ao termo "gentio", servindo, portanto, para se referir aos "índios civilizados". Nesse sentido, a partir de um determinado momento histórico, manejar esse qualitativo passou a ser de suma importância para muitos indígenas, pois ele franqueava melhores posições nas relações comerciais que se adensavam na região. A adaptação de muitos grupos às condições impostas pelas frentes de expansão portuguesa, portanto, só foi possível graças à adoção de uma série de estratégias, tendo algumas delas, independentemente da pré-existência de regras exogâmicas, incentivado os casamentos interétnicos. Muitos foram os povos que se associaram aos Baré, dentre os quais se sobressaem os Manao e os Passé, por habitarem áreas próximas. Sobrevivente de movimentos que impactaram significativamente a configuração geopolítica e o perfil demográfico dos povos autóctones da região (guerras justas, correrias e descimentos), a atual população Baré constitui o resultado de um processo de transformação histórica, uma fusão de diversas etnias com aqueles que chegaram à região para integrar a mão-de-obra das empreitadas extrativistas. A inexistência de estudos mais aprofundados sobre as dinâmicas étnicas na região, somada à ideologia assimilacionista que permeava a antiga ordem constitucional, contribuiu para que muitos povos fossem considerados extintos, tendo sido os Baré, por muitos anos, erroneamente identificados enquanto caboclos. Atualmente, os Baré estão inseridos em um mosaico de identidades formado a partir de alianças matrimoniais com vários outros povos indígenas, compartilhando com eles uma miríade de crenças e ritos. Essa rede pela qual circulam bens e pessoas reforça os laços da vida comunitária e dá forma à territorialidade do grupo. Uma vez que, para atingir determinado nível de capilaridade, o associativismo indígena regional tem feito uso desse circuito, as reivindicações por direitos territoriais espelham o senso de pertencimento desses grupos a um contexto indígena multiétnico e a um território específico.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE:

Os grupos indígenas que habitam a Terra Indígena Jurubaxi-Téa utilizam toda a área compreendida entre os rios Téa e Mabahá, uma porção de terras cuja fronteira norte é dada pela margem direita do rio Negro, abrangendo, além da "Ilha Grande", uma série de ilhas menores. As bacias dos rios Téa, Urubaxi, Aiuanã e Jurubaxi, bem como as microbacias dos igarapés Caroeira, Barrigudão, Ariada Mirim, Bafuanã e muitos outros são de grande importância, sendo nelas detectáveis diversas modalidades de habitação. A população indígena, atualmente, distribui-se em 8 comunidades e 55 sítios. Introduzido pelos missionários católicos no começo do séc. XX, o termo "comunidade" se refere àqueles lugares em que um número considerável de famílias estabelece suas moradias. São espaços muito frequentemente dotados de igrejas e equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. Já os sítios são aglomerações menores, formadas em geral por poucos grupos domésticos - geralmente seções de uma família extensa - que, apesar de residirem em locais mais afastados, mantêm-se ligados às comunidades. Há ainda as "paragens", abrigos utilizados como base para as expedições mais longas de caça, pesca ou coleta. Esses lugares são classificados como miraitá renda (ou "lugar de gente"), expressão que ultrapassa o sentido restrito de habitação, pois abarca os demais espaços transformados pela ação humana, tais como os portos, as edificações de uso comunitário, as roças, as capoeiras e as trilhas que adentram a mata, estas de apropriação individual, familiar ou coletiva. Destarte, o "lugar de gente" é uma unidade espacial complexa, que depende de muitos caminhos (varadores) e uma infinidade de vias fluviais para que estejam interligadas não apenas as casas, mas todas as porções de terras imprescindíveis às atividades sociais e produtivas. As oito comunidades da TI Jurubaxi-Téa são: Acariquara e São Francisco, localizadas no rio Jurubaxi; Monte Alegre, Nazaré do Enuixi e Paricatuba, no Paraná do Enuixi (rio Negro); Tabocal do Enuixi, no rio Enuixi; Jutaf e Matosinho, na Ilha Grande. Em consequência da atuação dos missionários, as aldeias não mais são compostas por malocas comuns, mas por casas destinadas à família nuclear e aos agregados, feitas de madeira, com paredes de taipa trançada e com tetos cobertos por folhas de ubim ou telhas de zinco. Construídas para receber visitas, as cozinhas (tatárka) são praticamente públicas e costumam ser instaladas nos fundos ou nas laterais das casas. Os portos, considerados particulares, servem não só para amarrar as embarcações, mas para se limpar a caça e os peixes e coletar água. Já o uso das casas de forno depende de critérios determinados pelo sistema de parentesco, dotado de regras que acabam por definir também boa parte do fluxo intercomunitário. De maneira análoga, os locais de ocorrência de recursos naturais também são regulados, sendo notável o respeito mútuo por parte dos grupos indígenas aos parâmetros de acesso estabelecidos. Devido ao fato de boa parte da vida nas comunidades ser regida por vínculos de compadrio e vizinhança, conflitos e fatores de ordem semelhante podem provocar a dissolução parcial ou total, permanente ou provisória de uma comunidade, resultando na formação de novos núcleos populacionais. Afóra o desejo de se morar mais perto de Santa Isabel do Rio Negro, outro elemento que confere mobilidade à dinâmica de habitação no interior da TI Jurubaxi-Téa advém do revezamento de áreas exploradas, característica intrínseca ao padrão de ocupação indígena na Amazônia. Logo, no momento em que se pretende formar novos sítios ou comunidades, é sempre observada a fertilidade dos solos e a disponibilidade de caça (que requer áreas de floresta intocada), bem como as características de relevo que propiciem áreas não inundáveis e, ao mesmo tempo, próxima dos cursos d'água.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS:

Os povos indígenas que tradicionalmente ocupam a TI Jurubaxi-Téa engajam-se em um esquema produtivo caracterizado por múltiplas atividades complementares, tais como a agricultura, a caça, a pesca e o extrativismo. Todas elas se estruturam em escalas temporais definidas e dependem de um manejo muito específico dos recursos naturais, algo que só se faz possível graças ao domínio de uma ampla gama de conhecimentos ecológicos. Trata-se de um arranjo híbrido e complexo, fruto da transmissão de saberes e da adaptação às transformações provocadas pelos ciclos econômicos amazônicos. Assim, obedecem, simultaneamente, a uma lógica de subsistência e à demanda externa por produtos. Dentre essas atividades, sobressai-se o cultivo de espécies do gênero manihot (mandioca brava, ma-